

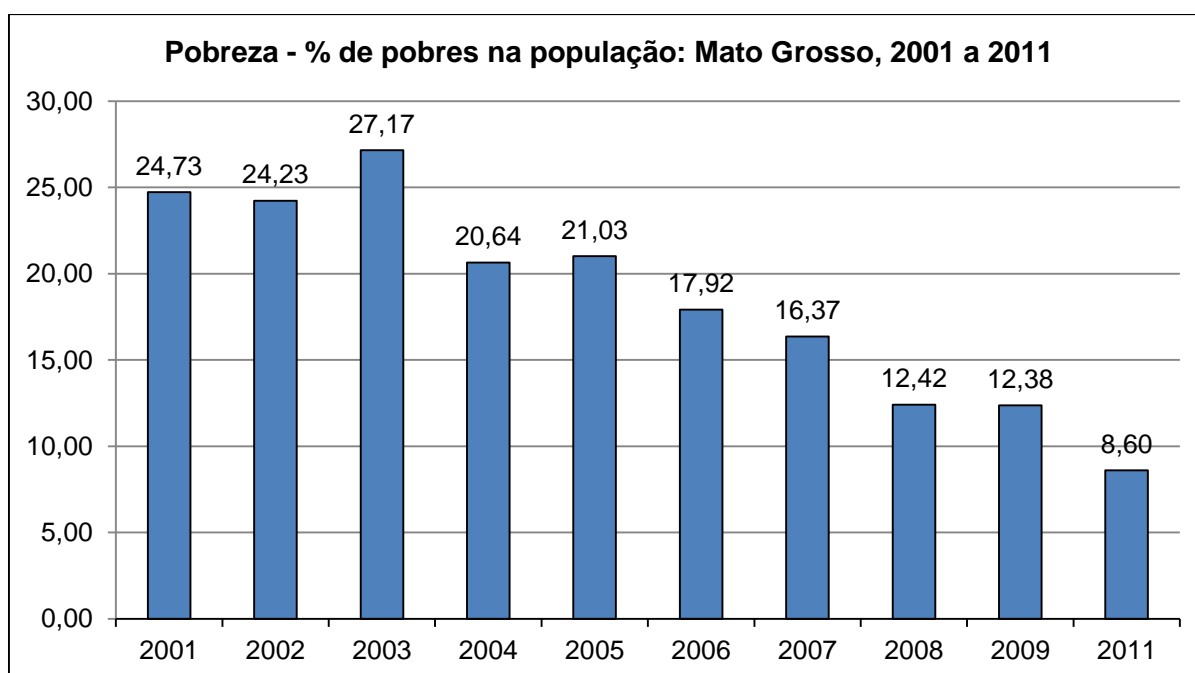
A DÉCADA VIRTUOSA: POBREZA E DESIGUALDADE EM MATO GROSSO (2001 A 2011)

Edmar Augusto Vieira¹

ET CAV/SP/SEPLAN nº 03/2013

1. POBREZA DECLINOU ACENTUADAMENTE NA ÚLTIMA DÉCADA

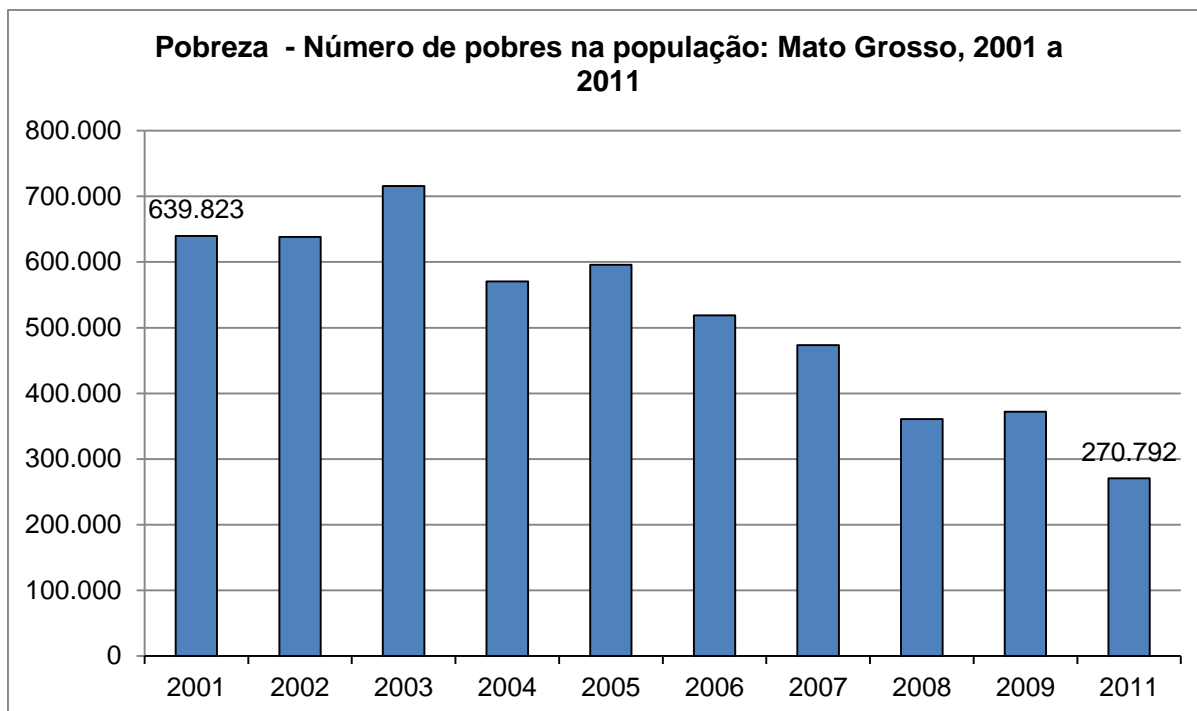
A década que se encerrou em 2011 (2001 a 2011) foi a melhor década para a história da pobreza e da desigualdade de renda em Mato Grosso. Nesse breve período a porcentagem de pobres na população diminuiu de 24,7% para 8,6%, uma queda de 65,2%, ou 8,4% ao ano, em termos proporcionais. Em 2001, 639,8 mil pessoas estavam em situação de pobreza; em 2011 esse número foi reduzido para 270,8 mil, uma queda de 57,7%. Ou seja, 369 mil pessoas saíram da condição de pobreza no Estado².



Fonte: IPEADATA (2001 a 2009); elaboração própria com base nos microdados da Pnad/IBGE (2011).

¹ Mestre em Economia/UFMT e Gestor Governamental (SEPLAN/MT). Email: edmarvieira@seplan.mt.gov.br.

² Observação: a linha de pobreza é de R\$ 164 (por pessoa) no meio rural e R\$ 186 (por pessoa) no meio urbano. Esses valores foram obtidos pela correção monetária (INPC/IBGE) das linhas de pobreza vigentes em 2009, calculadas pelo Ipea (Ipeadata, 2009). Os valores das linhas de pobreza podem ser acessados no link a seguir: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ipeadata.gov.br%2Fdoc%2FLinhasPobrezaRegionais.xls&ei=nO1sUN_ml6Xs0gGqoYHYBQ&usg=AFQjCNFgPsF0WwqB-HyOyJKRTqKnBvVaCQ&cad=rja. (acessado em 03/10/2012)



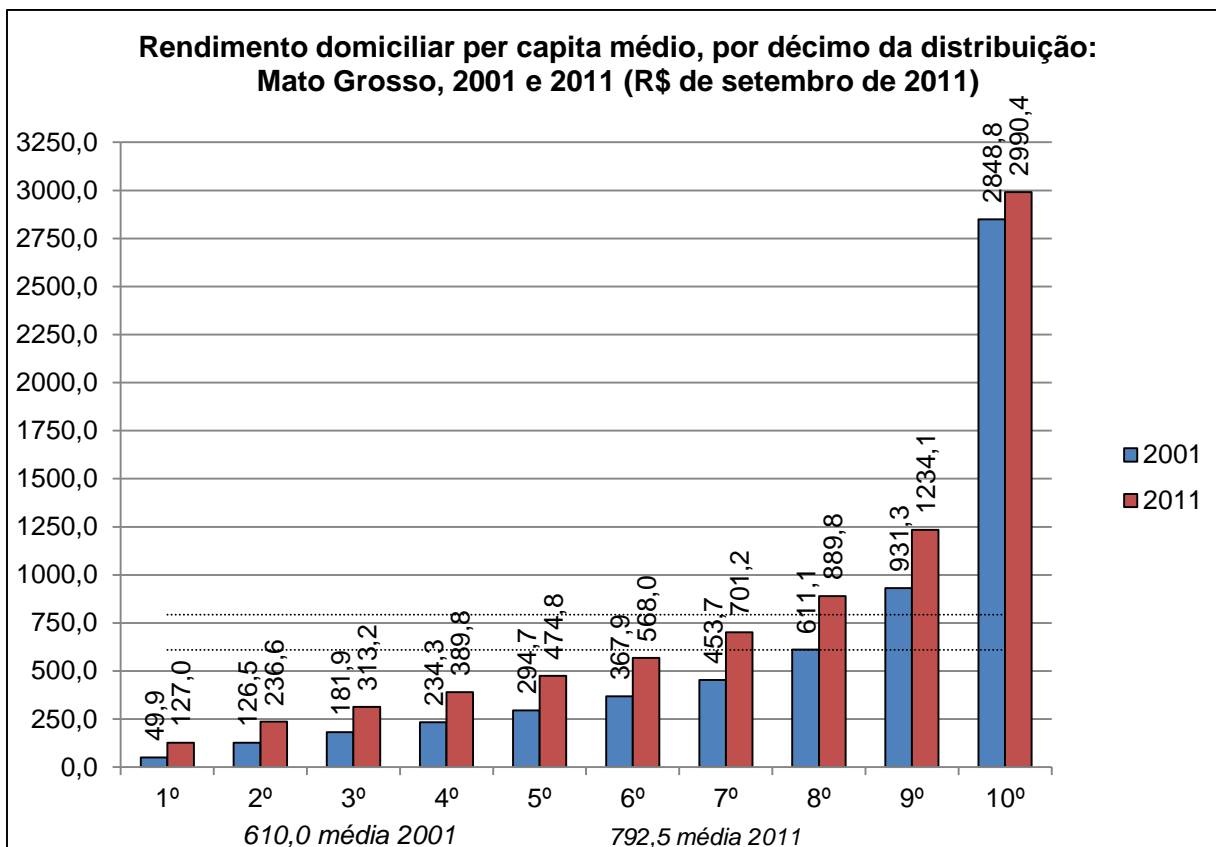
Fonte: IPEADATA (2001 a 2009); elaboração própria com base nos microdados da Pnad/IBGE (2011).

2. EVOLUÇÃO DO RENDIMENTO

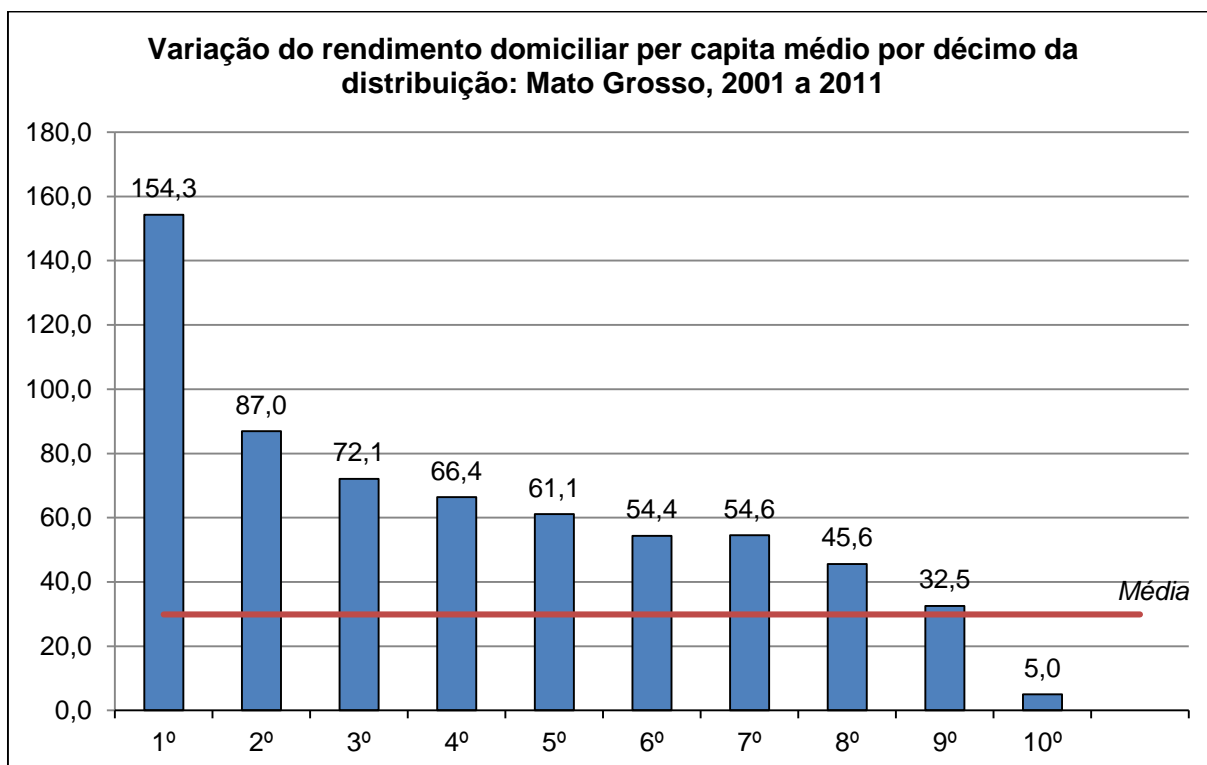
Entre 2001 e 2011 o rendimento domiciliar *per capita* aumentou 30% em Mato Grosso, passando de R\$ 610,00 para R\$ 792,5. Isso significa que, em média, as famílias tiveram seu poder de consumo ampliado em R\$ 182,5 por pessoa (ou R\$ 730,00 por família, considerando uma família típica de quatro membros) (valores reais, deflacionados pelo INPC/IBGE).

O mais surpreendente é que o rendimento cresceu de forma mais pronunciada na base da distribuição – isto é, entre os mais pobres. Entre os 10% mais pobres o aumento foi de 154,3%, passando de R\$ 49,9 para 127,00 (por pessoa); entre os 10% mais “ricos”, o aumento foi de, apenas, 5% (de R\$ 2.848,8 para R\$ 2.990,4 por pessoa da família). Pode-se dizer que, entre os 10% mais pobres, o rendimento cresceu em ritmo chinês, cerca de 9,8% ao ano. A metade mais pobre da população (primeiros 50%) experimentou um crescimento de 5,6% ao ano em seu poder de consumo; no acumulado da década isso representa um aumento de 73,7%. Em moeda, uma família média situada entre os 50% mais pobres aumentou seus ganhos em aproximadamente R\$131,00 por pessoa ao longo da última década (valores reais, deflacionados pelo INPC/IBGE)³.

³ Os principais motivos para esses resultados estão na melhoria do mercado de trabalho (nível e distribuição do rendimento, ocupação, formalização), universalização da educação, aumentos reais do salário mínimo, expansão do acesso ao crédito (pronal e outros) e ampliação da rede de proteção social (previdência, bolsa família, benefício de prestação continuada). Contudo, coube ao mercado de trabalho a contribuição mais relevante para esse processo, uma boa notícia.



Fonte: elaboração própria com base nos microdados da Pnad/IBGE.

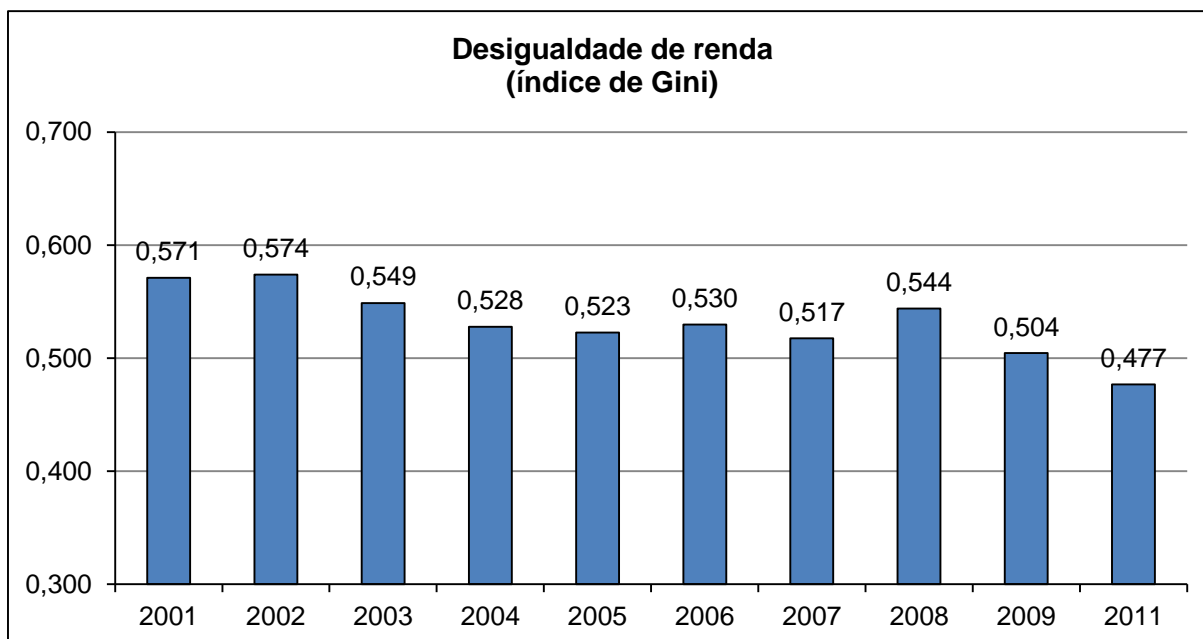


Fonte: elaboração própria com base nos microdados da Pnad/IBGE.

3. DESIGUALDADE DE RENDA CAI DE FORMA SUBSTANTIVA

Tivemos, portanto, uma década de crescimento “pró-pobre”. O resultado pode ser notado nos índices de desigualdade, que declinaram consideravelmente.

O índice de Gini passou de 0,571 para 0,477, uma redução de 16,5% (ou 1,8% ao ano). Foi uma redução impressionante para um indicador marcado pela rigidez. Esse desempenho se explica por dois fatores combinados: significativo crescimento do rendimento dos mais pobres e relativa estagnação do rendimento dos mais ricos (especialmente os 10% mais ricos).

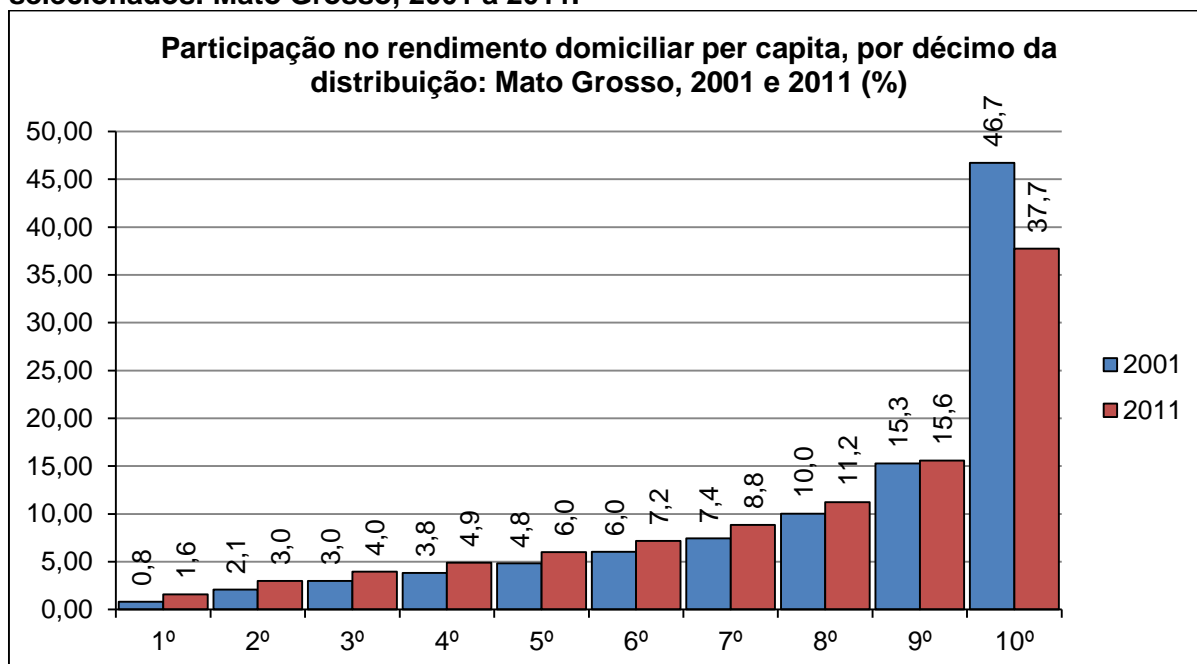


Fonte: elaboração própria, com base nos microdados da Pnad/IBGE

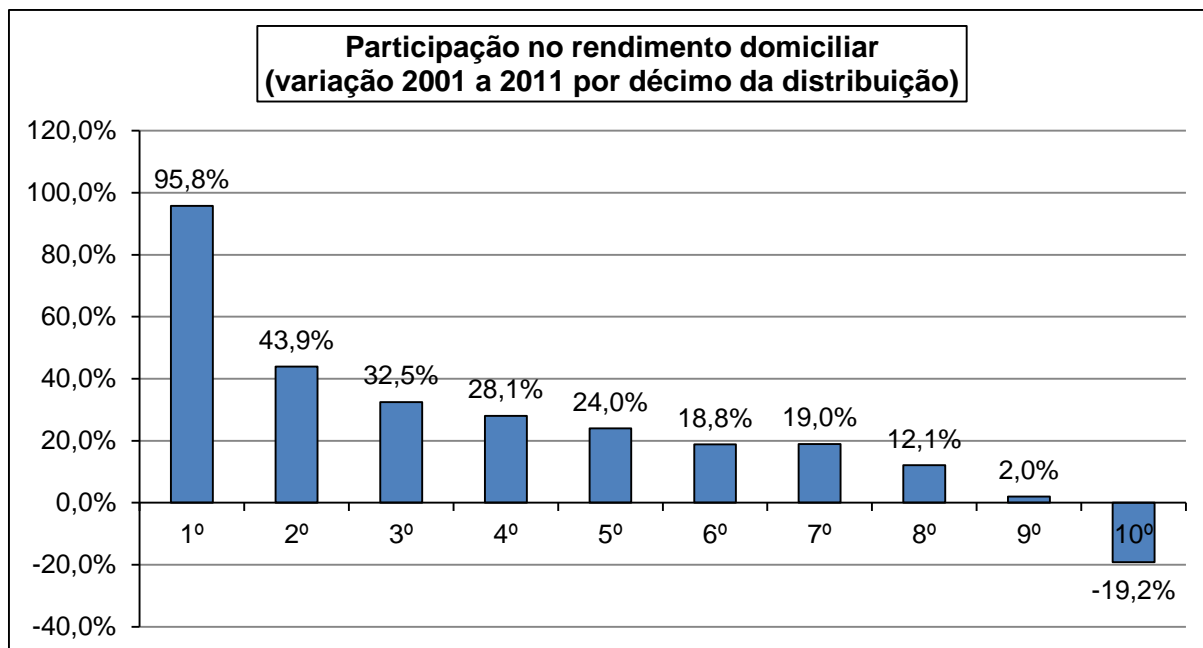
ANO	Participação no rendimento domiciliar			
	10% mais ricos	20% mais ricos	10% mais pobres	40% mais pobres
2001	46,7	62,0	0,8	9,7
2002	45,9	62,2	0,9	9,5
2003	43,7	60,0	1,1	9,4
2004	41,7	58,0	1,3	10,3
2005	41,5	57,5	1,2	10,5
2006	43,0	58,1	1,3	11,5
2007	41,6	57,1	1,3	11,8
2008	44,3	59,3	1,2	11,1
2009	39,5	55,1	1,2	12,2
2011	37,7	53,3	1,6	13,5
Variação 2001 a 2011 (%)	-19,3	-14,0	95,8	39,2

Em 2001, os 10% mais “ricos” (10%+) se apropriavam de 46,7% da renda domiciliar; em 2011 essa participação caiu para 37,7%, uma variação negativa de 19,3%. No outro extremo, os 10% mais pobres (10%-) ampliaram sua participação em 95,8%, de 0,82% para 1,6%. Em 2001, um indivíduo médio situado entre os 10% mais ricos tinha uma renda 57 vezes maior do que um indivíduo médio situado entre os 10% mais pobres. Em 2011 essa relação caiu para 23,5 vezes. Portanto, a desigualdade de renda continua em níveis muito elevados, apesar dos progressos recentes.

Tabela 1 - Distribuição do rendimento domiciliar *per capita*, segundo alguns estratos selecionados: Mato Grosso, 2001 a 2011.



Fonte: elaboração própria, com base nos microdados da Pnad/IBGE



Fonte: elaboração própria, com base nos microdados da Pnad/IBGE.

A DESIGUALDADE SEGUNDO OS CENSOS DE 2000 E 2010

Entre os Censos de 2000 e 2010, a desigualdade de renda no Brasil – medida pelo índice de Gini - diminuiu 10,2%, de 0,597 para 0,536. No Centro-oeste, a redução foi de 11,9%, de 0,621 para 0,547; em Mato Grosso, a queda foi de 16,97%, de 0,601 para 0,499. Entre os estados brasileiros, apenas Santa Catarina apresentou desempenho melhor do que Mato Grosso em termos de redução da desigualdade. Em 2000, Mato Grosso era o décimo primeiro estado mais desigual da federação (em situação de empate com Mato Grosso do Sul e Paraíba); em 2010, passou a ocupar a 24ª posição. Ou seja, apesar de pertencer à segunda macrorregião mais desigual do Brasil (o Nordeste é a primeira), Mato Grosso ostenta hoje a quarta posição entre os Estados com menor desigualdade de renda, perdendo apenas para os Estados do Sul (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul)⁴.

Tabela 2 - Índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes – Brasil e Regiões – 2000/2010

Brasil e Regiões	2000	Rank	2010	Rank	Varição (%)	Rank
Brasil	0,597	-	0,536	-	-10,218	0
Norte	0,598	3	0,543	3	-9,197	5
Nordeste	0,612	2	0,555	1	-9,314	4
Sudeste	0,575	4	0,517	4	-10,087	3
Sul	0,564	5	0,48	5	-14,894	1
Centro-Oeste	0,621	1	0,547	2	-11,916	2

Fonte:

http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-nforme/lpece_Informe_19_novembro_2011.pdf
(acessado em 03/10/2012)

⁴ Um dos motivos para esse desempenho está no fato de que, em Mato Grosso, os rendimentos mais elevados apresentaram crescimento menor do que em alguns estados. Esse assunto será objeto de outra nota técnica, dedicada ao mercado de trabalho.

Tabela 3 - Índice de Gini da distribuição do rendimento nominal mensal dos domicílios particulares permanentes – Unidades da Federação – 2000/2010

Unidades da Federação	2000	Rank	2010	Rank	Variação (%)	Rank
Rondônia	0,575	21	0,505	21	-12,174	8
Acre	0,590	16	0,550	12	-6,780	22
Amazonas	0,600	14	0,557	5	-7,167	21
Roraima	0,560	26	0,553	8	-1,250	26
Pará	0,602	10	0,539	16	-10,465	13
Amapá	0,579	19	0,547	13	-5,527	25
Tocantins	0,604	9	0,540	15	-10,596	11
Maranhão	0,609	6	0,547	13	-10,181	14
Piauí	0,621	4	0,560	3	-9,823	17
Ceará	0,626	1	0,556	7	-11,182	10
Rio Grande do Norte	0,605	8	0,552	10	-8,760	19
Paraíba	0,601	11	0,553	8	-7,987	20
Pernambuco	0,622	3	0,559	4	-10,129	16
Alagoas	0,623	2	0,557	5	-10,594	12
Sergipe	0,568	23	0,563	2	-0,880	27
Bahia	0,611	5	0,551	11	-9,820	18
Minas Gerais	0,584	17	0,508	20	-13,014	6
Espírito Santo	0,579	19	0,514	18	-11,226	9
Rio de Janeiro	0,574	22	0,538	17	-6,272	23
São Paulo	0,561	24	0,504	23	-10,160	15
Paraná	0,580	18	0,488	26	-15,862	3
Santa Catarina	0,540	27	0,448	27	-17,037	1
Rio Grande do Sul	0,561	24	0,490	25	-12,656	7
Mato Grosso do Sul	0,601	11	0,513	19	-14,642	5
Mato Grosso	0,601	11	0,499	24	-16,972	2
Goiás	0,598	15	0,505	21	-15,552	4
Distrito Federal	0,607	7	0,573	1	-5,601	24

Fonte:

http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ipece-informe/lpece_Informe_19_novembro_2011.pdf
(acessado em 03/10/2012)